

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO GERAL

RICA 21-345

**REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO REGIONAL
DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DE
NATAL**

2024

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SERVIÇO REGIONAL DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DE NATAL



ORGANIZAÇÃO GERAL

RICA 21-345

**REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO REGIONAL
DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DE
NATAL**

2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRINFRA Nº 119/AAPE, DE 23 DE JANEIRO DE 2024.

Protocolo COMAER nº 67120.00523/2024-46

Aprova o Regimento Interno do Serviço
Regional de Infraestrutura da
Aeronáutica de Natal.

O DIRETOR DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições previstas no inciso I do artigo 4º do Regulamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (ROCA 21-69), aprovado pela Portaria GABAER nº 572/GC3, de 19 de setembro de 2023, e de acordo com o capítulo 4 da ICA 19-1/2005 “Regulamentação das Organizações”, aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005, resolve:

Art.1º Aprovar a edição do RICA 21-345 “Regimento Interno do Serviço Regional de Infraestrutura da Aeronáutica de Natal”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente à sua publicação.

Maj Brig Ar CESAR FARIA GUIMARÃES
Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	CATEGORIA E FINALIDADE	6
Seção I	Categoria e Finalidade	6
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO	7
Seção I	Estrutura Básica	7
Seção II	Estrutura Complementar	7
CAPÍTULO III	COMPETÊNCIA DOS SETORES	8
CAPÍTULO IV	ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES	10
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES GERAIS	11
Anexo A	- Organograma do SERINFRA-NT	13
Anexo B	- Organograma da Seção Administrativa (SAD)	14
Anexo C	- Organograma da Seção de Engenharia (SEN)	15
Anexo D	- Organograma da Seção de Patrimônio (SPI)	16

REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO REGIONAL DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DE NATAL

CAPÍTULO I CATEGORIA E FINALIDADE

Seção I **Categoria e Finalidade**

Art.1º Os Serviços Regionais de Infraestrutura da Aeronáutica (SERINFRA), Organizações do Comando da Aeronáutica (COMAER), criados e ativados pela Portaria GABAER nº 587/GC-3, de 10 de outubro de 2023, têm por finalidade gerenciar, executar e apoiar as atividades relativas aos Sistemas de Engenharia, Patrimônio e Gestão Ambiental do COMAER.

§ 1º A missão do SERINFRA-NT define-se como: “Gerenciar, executar e apoiar as atividades relacionadas aos Sistemas de Engenharia, Patrimônio e Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica, em sua área geográfica de atuação”.

§ 2º A visão do SERINFRA-NT define-se como: “Ser reconhecido pela capacidade de atendimento às demandas do COMAER, com qualidade, eficiência e eficácia”.

§ 3º Os valores, a seguir descritos, são cultivados no âmbito do SERINFRA-NT para nortear seus próprios ideais de atitude, comportamento e resultados, que devem diuturnamente estar presentes no cotidiano de cada membro de seu efetivo, bem como nos processos e relacionamentos estabelecidos, com demais OM da Força, fornecedores e prestadores de serviço. Tais valores objetivam impulsionar as ações da OM e inspirar a consecução dos seus objetivos e o cumprimento de sua missão, em conformidade com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica:

I) MELHORIA CONTÍNUA: consiste na cultura organizacional de inovação incremental e sustentável, focada e ininterrupta, através da qual realizam-se pequenas mudanças processuais, as quais vistas separadamente apresentam pequenos impactos, mas que somadas ao longo do tempo representam uma contribuição significativa para o desempenho da organização. Requer, para sua implementação, o comprometimento de todos os participantes da instituição, para que trabalhando em conjunto possam aprimorar os processos organizacionais, focando nos objetivos definidos em sua Missão e Valores;

II) COOPERAÇÃO: trata-se da atitude de colaborar, de forma voluntária, para o alcance de um objetivo comum. O ato de trabalhar em conjunto para o benefício mútuo gera, ainda, importantes laços entre as pessoas que o praticam, fortalecendo suas relações, promovendo a união diante das adversidades e desafios e, acima de tudo, promovendo a melhoria da convivência social no ambiente de trabalho;

III) INOVAÇÃO: busca contínua pela geração, aceitação e implementação de novas ideias, uma vez que agreguem valor para os processos, serviços e resolução de problemas da organização. Para tal, incentiva-se no âmbito da OM a promoção de relações e parcerias institucionais com órgãos externos ao COMAER, bem como o estabelecimento de capacitações ao efetivo subordinado, alinhadas com a trilha de capacitação e mapeamento de competências desses militares;

IV) RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: em decorrência dos sistemas em que a OM atua, torna-se necessário estabelecer e cumprir as ações que orientem e busquem respeitar o meio ambiente, bem como as políticas que norteiam os objetivos voltados para a sustentabilidade, desde o projeto até a execução dos empreendimentos de engenharia do COMAER; e

V) **TRANSPARÊNCIA:** evidencia que o SERINFRA, como uma organização pública, deve comunicar seus resultados positivos e negativos, de forma que estabeleça uma relação de confiança entre os gestores na busca de melhores resultados e um maior engajamento da equipe no cumprimento das metas. Assim, espera-se que os profissionais se sintam parte da organização, em um ambiente sinérgico favorável ao aprendizado mútuo. Além disso, almeja-se que a imagem da Organização seja fortalecida diante da comunicação transparente de seus atos.

Art. 2º O SERINFRA-NT tem sua subordinação e sede estabelecidas no seu Regulamento (ROCA 21-108), aprovado pela Portaria nº 588/GC3, de 11 de outubro de 2023.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO

Seção I Estrutura Básica

Art. 3º O SERINFRA-NT tem a seguinte estrutura básica:

- I - Chefia (CH);
- II - Seção Administrativa (SAD);
- III - Seção de Engenharia (SEN); e
- IV - Seção de Patrimônio (SPI).

Seção II Estrutura Complementar

Art. 4º A Chefia tem a seguinte constituição:

- I - Assessoria de Controle Interno (ACI).

Art. 5º A Seção Administrativa (SAD) tem a seguinte constituição:

- I - Subseção de Apoio (SSAP); e
- II - Subseção de Fiscalização Administrativa (SSFA).

Art. 6º A Seção de Engenharia (SEN) tem a seguinte constituição:

- I - Subseção de Estudos e Projetos (SSEP);
- II - Subseção de Fiscalização Técnica (SSFT); e
- III - Subseção de Gestão Ambiental (SSGA).

Art. 7º A Seção de Patrimônio (SPI) tem a seguinte constituição:

- I - Subseção de Levantamento e Geoprocessamento (SSLG); e
- II - Subseção de Controle e Execução Patrimonial (SSCE).

Art. 8º Seções, Assessorias e Subseções, de conformidade com suas necessidades operacionais, podem dispor de Adjunto, Encarregados e Auxiliares, e seus processos devem ser descritos em Normas Padrão de Ação (NPA).

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DOS SETORES

Art. 9º São atribuições gerais e afetas a todos os setores do SERINFRA-NT:

I – planejar, coordenar, controlar e executar as atividades do respectivo setor, valendo-se da gestão por processos e de risco, tendo por foco o Programa de Trabalho Anual como principal elemento de centralização dos demais planos que afetem o SERINFRA, com especial atenção às propostas orçamentárias necessárias;

II – manter o material carga atualizado e em dia;

III – elaborar, propor e atualizar instruções, diretrizes e demais documentos normativos necessários ao funcionamento do setor e dos processos de trabalho pelos quais o setor é responsável ou parte integrante;

IV – observar, no exercício de suas funções, dispositivos legais, normas e diretrizes;

V – propor a atualização dos documentos normativos relativos aos Sistemas cujo órgão central é a DIRINFRA;

VI– descrever e propor os perfis e competências para a execução das atividades do respectivo setor, bem como os cursos e demais capacitações para a evolução do setor;

VII– prestar informações e assessoria sobre as atividades realizadas pelo respectivo setor; e

VIII - interagir com os demais setores, objetivando a fluência, disciplina e continuidade dos processos internos.

Art. 10. À Assessoria de Controle Interno (ACI), compete:

I - verificar a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência, a publicidade e a economicidade dos atos e fatos administrativos, relacionados à execução patrimonial na área da jurisdição do Serviço, de acordo com as legislações vigentes;

II - assessorar o Dirigente Máximo e o Ordenador de Despesas do Serviço quanto à legislação e normas que regem o serviço administrativo, no âmbito da OM;

III - formular os procedimentos administrativos que conduzam a controles efetivos, orientando os agentes da administração;

IV - coordenar a Auditoria Interna na Unidade;

V - coordenar a Prestação de Contas mensal do serviço, subsidiando a Alta Administração com informações e indicadores referentes ao andamento das tarefas, cumprimento dos objetivos e desempenho institucional;

VI - acompanhar a execução contábil, orçamentária, financeira e patrimonial do SERINFRA; e

VII - analisar os Processos Administrativos de Gestão em trâmite no SERINFRA, buscando sua conformidade.

Parágrafo único. O Chefe da Assessoria de Controle Interno é o Agente de Controle Interno da OM.

Art. 11. À Seção Administrativa (SAD), compete:

I - gerenciar e executar as atividades inerentes ao suporte administrativo do SERINFRA; e

II - prover o suporte logístico necessário para o andamento das atividades do SERINFRA.

Art. 12. À Subseção de Apoio (SSAP), compete:

- I – executar os processos de gestão de pessoal e de capacitação do efetivo;
- II – executar os processos de apoio logístico (transporte de pessoal, concessão de diárias, ajudas de custo e gratificações de representação, aquisição de passagens etc.);
- III – executar os processos de apoio administrativo (provimento de materiais e serviços, aquisição de bens e contratação de serviços, protocolo e arquivo, registro etc.);
- IV – executar os processos relacionados com a Governança e gestão organizacional (plano de trabalho, gestão de riscos, integridade, gestão por processos, indicadores etc.); e
- V – realizar a Assessoria de Comunicação Social no âmbito da OM.

Art. 13. À Subseção de Fiscalização Administrativa (SSFA), compete:

- I – planejar, coordenar, controlar e supervisionar a fiscalização administrativa dos contratos da OM, inclusive os relativos a obras e serviços de engenharia;
- II – apoiar, quando demandado, as Comissões de Fiscalização de Contrato de obras e serviços de engenharia, instituídas em sua área geográfica de atuação, nos assuntos de gestão contratual; e
- III – controlar o registro e a atualização de informações, nos sistemas informatizados estabelecidos pela DIRINFRA, referentes às obras e serviços de engenharia realizadas pelas OM em sua área geográfica de atuação.

Art. 14. À Seção de Engenharia (SEN), compete:

- I – planejar, coordenar, controlar e executar as atividades dos Sistemas de Engenharia e de Gestão Ambiental;
- II – planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de segurança do trabalho pertinentes ao SERINFRA; e
- III – executar o cadastro do SERINFRA e gerenciar a emissão de documentos comprobatórios de responsabilidade técnica, perante os conselhos de classe profissional.

Art. 15. À Subseção de Estudos e Projetos (SSEP), compete planejar, coordenar, controlar e executar a elaboração de estudos e projetos de arquitetura e engenharia.

Art. 16. À Subseção de Fiscalização Técnica (SSFT), compete:

- I – planejar, coordenar, controlar e supervisionar a fiscalização técnica de obras e serviços de engenharia atribuídos ao SERINFRA; e
- II – promover a atualização normativa e jurisprudencial do efetivo do SERINFRA designado para atuar na fiscalização técnica de obras e serviços de engenharia.

Art. 17. À Subseção de Gestão Ambiental (SSGA), compete:

- I – planejar, coordenar, controlar e executar as atividades do Sistema de Gestão Ambiental pertinentes ao SERINFRA;
- II – cadastrar e manter atualizadas as informações ambientais pertinentes aos tombos da sua área geográfica de atuação;
- III – elaborar documentos técnicos ambientais; e
- IV – acompanhar processos administrativos e ações judiciais relacionados aos assuntos de meio ambiente, envolvendo as OM em sua área geográfica de atuação.

Art. 18. À Seção de Patrimônio (SPI), compete:

I – planejar, coordenar, controlar e executar as atividades relativas ao Sistema de Patrimônio Imobiliário, desde sua incorporação, legalização e regularização até sua desincorporação; e

II – realizar levantamentos topográficos e atividades de geoprocessamento.

Art. 19. À Subseção de Levantamento e Geoprocessamento (SSLG), compete:

I – coordenar, planejar, controlar e executar levantamentos topográficos, aerofotogramétricos com ARP (aeronaves remotamente pilotadas) ou geodésicos; e

II – elaborar os documentos técnicos pertinentes aos levantamentos realizados.

Art. 20. À Subseção de Controle e Execução Patrimonial (SSCE), compete:

I – coordenar, planejar, controlar e executar as avaliações de imóveis;

II – atualizar os dados cadastrais referentes aos tombos em sua área geográfica de atuação;

III – instruir e executar os processos administrativos patrimoniais;

IV – gerir e executar os processos de regularização de imóveis; e

V – interagir com a Superintendência de Patrimônio da União, com o fito de acompanhar as demandas em tramitação naquele órgão.

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES

Art. 21. O Chefe tem suas atribuições estabelecidas no Regulamento do SERINFRA (ROCA 21-108).

Art. 22. Aos Chefes de Assessorias, Seções, Subseções, incumbe:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atribuições relativas ao seu Setor;

II - assessorar a autoridade responsável pelo setor de nível imediatamente superior ao seu, nos assuntos relativos à sua esfera de atribuições;

III - informar as necessidades de material e de pessoal para o cumprimento das atribuições do seu setor;

IV – propor, sempre que necessário, a alteração de normas, diretrizes, instruções e procedimentos que venham a aperfeiçoar o funcionamento do setor de trabalho;

V - supervisionar e controlar a presença dos seus subordinados;

VI - coordenar e controlar a organização, a limpeza e a conservação das instalações do setor;

VII - promover a fiscalização do cumprimento dos prazos quanto às atividades afins previstas no PTA da OM, bem como àquelas emanadas de órgãos superiores;

VIII - promover o treinamento e reorientações do pessoal do setor, garantindo o efetivo cumprimento das atribuições do setor; e

IX – controlar o material carga do seu setor, conforme aplicável, seguindo a setorização do material carga definida pela OM.

Art. 23. Aos Adjuntos, no âmbito de seus setores de trabalho, incumbe:

I - coordenar, no âmbito de sua atuação, o trâmite de expedientes, o fluxo de informações/documentos e demais assuntos do seu respectivo setor;

II - auxiliar o Chefe imediato na gestão administrativa ou técnica, coordenando as atividades sob a sua responsabilidade, ou outras que lhe forem atribuídas, e definindo as ações necessárias à execução das tarefas e ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

III - cumprir e coordenar orientações específicas oriundas do Chefe, relacionadas com as atividades do setor;

IV - promover a coordenação das atividades entre os setores de seu órgão;

V - coordenar o atendimento de solicitações oriundas dos demais setores da OM;

VI - conhecer as normas que regulam as atividades de sua responsabilidade, atualizando-se a respeito de eventuais modificações/revogações de dispositivos normativos; e

VII - dirigir o pessoal do setor quanto à execução das tarefas, realizando reuniões de alinhamento ou expedindo mensagens de orientação.

Art. 24. Aos Encarregados, no âmbito de seus setores de trabalho, incumbe:

I - realizar as atividades sob sua responsabilidade, ou outras que lhe forem atribuídas, definindo as ações necessárias para o cumprimento dos prazos estabelecidos;

II - conhecer as normas que regulam as atividades de sua responsabilidade, atualizando-se a respeito de eventuais modificações/revogações em dispositivos normativos; e

III - orientar os seus auxiliares quanto à execução das tarefas, realizando reuniões de alinhamento ou expedindo mensagens.

Art. 25. Os Auxiliares, no âmbito de seus setores de trabalho, têm por incumbência:

I - executar as tarefas sob sua responsabilidade, ou outras que lhe forem atribuídas, definindo as ações necessárias para o cumprimento dos prazos estabelecidos; e

II - conhecer as normas que regulam as tarefas de sua responsabilidade, atualizando-se a respeito de eventuais modificações/revogações em dispositivos normativos.

Art. 26. As atribuições dos setores e de seus membros serão detalhadas em Normas Padrão de Ação (NPA).

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O provimento dos cargos e funções do SERINFRA-NT obedecerá às diretrizes constantes neste Capítulo, em complementação àquelas já definidas no ROCA 21-108 “Regulamento de Serviço Regional de Infraestrutura da Aeronáutica”:

I - o Chefe da Assessoria de Controle Interno (ACI) é oficial intermediário ou subalterno do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa;

II - o Chefe da Subseção de Apoio (SSAP) é oficial intermediário ou subalterno do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa;

III - o Chefe da Subseção de Fiscalização Administrativa (SSFA) é oficial intermediário ou subalterno do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa;

IV - o Chefe da Subseção de Estudos e Projetos (SSEP) é oficial intermediário ou subalterno do Quadro de Oficiais de Engenheiros ou do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa;

V - o Chefe da Subseção de Fiscalização Técnica (SSFT) é oficial intermediário ou subalterno do Quadro de Oficiais de Engenheiros ou do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa;

VI - o Chefe da Subseção de Gestão Ambiental (SSGA) é oficial intermediário

ou subalterno do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa;

VII - o Chefe da Subseção de Levantamento e Geoprocessamento (SSLG) é oficial intermediário ou subalterno do Quadro de Oficiais Engenheiros ou do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa; e

VIII - o Chefe da Subseção de Controle e Execução Patrimonial (SSCE) é oficial intermediário ou subalterno do Quadro de Oficiais Engenheiros ou do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da ativa;

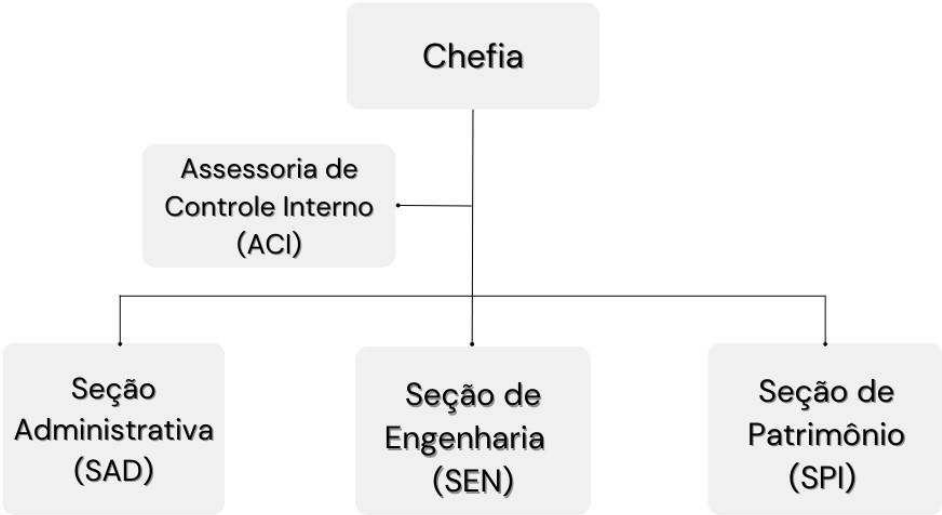
§ 1º Os cargos previstos para oficiais da ativa poderão ser exercidos, interinamente, por oficiais da reserva, quando não for possível em razão da inexistência no efetivo de oficial da ativa para o cargo.

§ 2º Os cargos poderão ser exercidos por oficiais de Quadro diverso do previsto, quando não for possível em razão da inexistência no efetivo do quantitativo necessário de oficiais do quadro previsto.

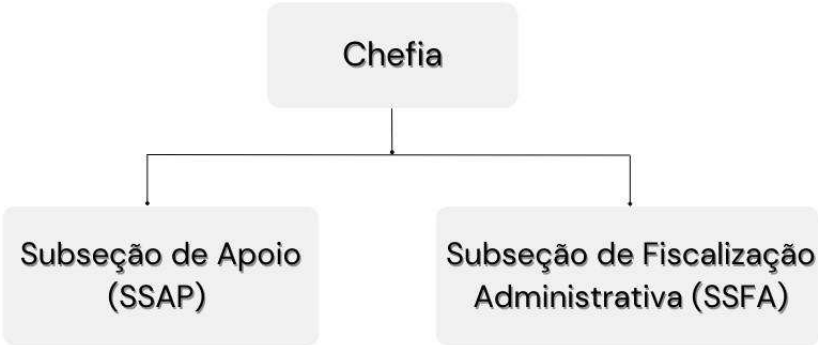
Art.28. Em complemento ao presente Regimento Interno, o funcionamento de cada órgão da estrutura do SERINFRA será regulado por Normas Padrão de Ação (NPA), que especifiquem suas tarefas, rotinas e atividades.

Art.29. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do Chefe do SERINFRA-NT.

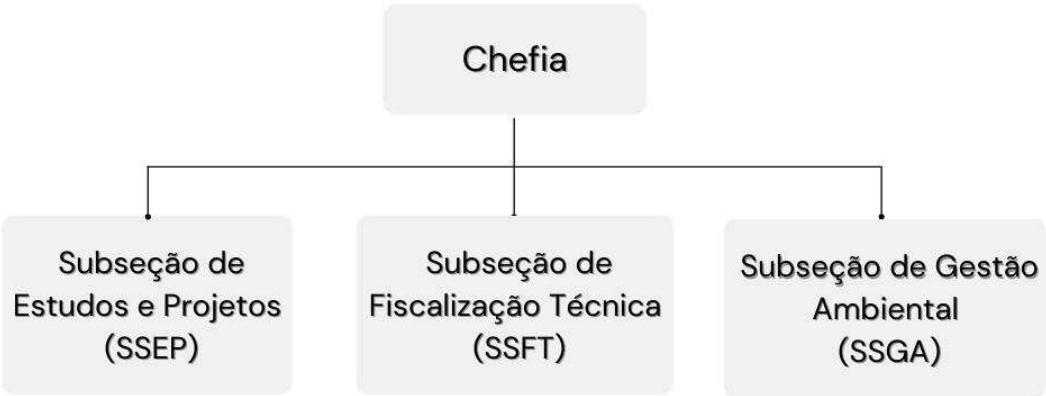
Anexo A - Organograma do SERINFRA-NT



Anexo B - Organograma da Seção Administrativa (SAD)



Anexo C - Organograma da Seção de Engenharia (SEN)



Anexo D - Organograma da Seção de Patrimônio (SPI)

